



ENSINO SUPERIOR

SPRC — membro da FENPROF

NÚMERO 1 • MAIO DE 2007 • ANO 1

ÍNDICE DE ASSUNTOS:

- **Informação Sectorial** do Ensino Superior
- **SPRC pediu reunião às Reitorias** das três Universidades Públicas da região
- **Governo apresentou propostas** para o Ensino Superior
- **FENPROF solicita reunião ao MCTES**
- **Conselho de Reitores e Politécnico reservados**
- **Estudo de Eugénio Rosa** revela efeitos da Flexisegurança
- **SPRC comemora 25 anos** – Jantar de Aniversário
- **SPRC: dirigentes eleitos para o Conselho Nacional** da FENPROF

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS:

Informação Sectorial do Ensino Superior

Os professores e investigadores sindicalizados no SPRC/FENPROF têm disponível para informação específica a revista JF-SUP que é o órgão de informação da FENPROF e dos seus Sindicatos para o Ensino Superior e Investigação. Para além deste, o Sindicato dos Professores da Região Centro edita a sua revista RCI – Região Centro Informação, na qual integra informação de carácter geral de todos os sectores, onde publica, também, estudos que realiza a fim de melhor conhecer e dar a conhecer a realidade educativa na região centro. A FENPROF publica ainda uma outra revista, mais conhecida por JF, herdeira do anteriormente designado Jornal da FENPROF, também de carácter geral.

Todos os docentes de todos os níveis de ensino da região centro têm ainda ao seu dispôr a página electrónica do SPRC (de âmbito regional) e da FENPROF (de âmbito nacional).

O Departamento de Ensino Superior do SPRC encontra-se em fase de reestruturação com vista a aprofundar o seu trabalho específico neste sector. Nesse sentido, para além do recurso a listas de correio, passará a dispôr de um serviço de informação através da edição de um boletim, do qual este é o seu primeiro número.

SPRC pediu reuniões aos Reitores das três Universidades Públicas da região

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro solicitou reuniões aos três Reitores das Universidades Públicas da região, com vista à análise da situação financeira, de quadros e de estabilidade de emprego no ensino superior. Pretende a direcção do SPRC conhecer mais aprofundadamente a situação no ensino superior universitário e, ao mesmo tempo, transmitir as suas preocupações em relação ao futuro do ensino e da investigação, bem como as propostas para a manutenção de um estatuto público do ensino superior e a satisfação das necessidades formativas de todo o país.

Estas reuniões ainda não estão agendadas.

O Governo apresentou propostas para o Ensino Superior

Mariano Gago apresentou recentemente duas propostas estruturantes para o Ensino superior: o regime de Avaliação do Ensino Superior e o Regime Jurídico do Ensino Superior.

Tratam-se dois documentos fundamentais, pelo que podem significar de profunda transformação do ensino superior. Uma das preocupações maiores está no facto de as Universidades poderem vir a transformar-se em Fundações de direito privado, com tudo o que pode acarretar de mudanças em matéria de financiamento, autonomia e quadros de pessoal docente.

O SPRC e a FENPROF estão a acompanhar esta matéria com muita atenção e preocupação e renovam o apelo a todos os docentes para que não se inibam nem se alheiem de participar na definição do seu futuro enquanto profissionais e na realização do país.

Em comunicado, datado de 9 de Maio, a FENPROF afirmou:

“A FENPROF considera que esta possibilidade abre portas à privatização do ensino superior público, não se adequa e é prejudicial às necessidades da prossecução das missões confiadas pela sociedade ao ensino superior, tal como se encontram estabelecidas na Constituição da República.

Em particular, a autonomia das universidades, constitucionalmente consagrada (n.º 2 do art.º 76.º da CRP), é posta em causa por uma tal solução, uma vez que as fundações seriam administradas por um conselho de curadores cujos membros seriam todos nomeados pelo Governo, sendo todos obrigatoriamente exteriores à instituição (art.º 108.º da PL). A este conselho caberia a nomeação dos reitores das universidades ou dos presidentes dos politécnicos, bem como dos directores das escolas (art.º 110.º da PL). Caberia ainda ao conselho de curadores a aprovação dos estatutos das instituições, bem

como aprovar todos os instrumentos relevantes para a sua gestão (artº 109º da PL), postergando-se o direito e dever de participação na gestão democrática (consagrada no artº 77º da CRP).

A FENPROF entende que os objectivos da melhoria da resposta social das instituições, no que se refere à qualidade, à eficácia e à relevância social, em todos os domínios da sua intervenção, e do reforço da prestação de contas pela sua actividade, não exigem a criação deste novo figurino jurídico. Bem pelo contrário, as agora propostas fundações de direito privado podem muito bem vir a afastar as instituições dos caminhos da prossecução do interesse público e privilegiar critérios de mercado com a finalidade de assegurar meios de auto-subsistência, num quadro da continuação de uma progressiva redução do financiamento público.

É de notar que o Governo está de tal modo céptico quanto à aceitação desta proposta por parte das instituições que admite (nº4 do artº 106º) vir a impô-la.

Para a FENPROF, este não é seguramente o caminho que poderá levar as instituições a trabalharem de modo ainda mais eficaz e empenhado no sentido da melhoria da qualidade e da relevância social da sua actividade. Em vez disso, é indispensável o reforço da autonomia; a criação de melhores condições para uma gestão estratégica eficaz; a melhoria das condições para o efectivo exercício do dever e do direito de participação na gestão democrática, das liberdades académicas, incluindo as de criação de expressão da opinião; bem como o aumento significativo do investimento do Estado nas instituições do ensino superior público.”

A FENPROF reafirma, assim, que a lei não deve impor “às instituições modelos de direito privado que podem constituir uma séria ameaça aos valores inerentes ao ensino superior público”.

FENPROF solicita reunião ao MCTES

Na sequência da realização do seu 9º Congresso, a FENPROF solicitou uma reunião com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a fim de a nova direcção nele eleita poder apresentar os documentos e posições aprovados que constituem contributos importantes para o desenvolvimento do sistema educativo português, a defesa da Escola Pública e a salvaguarda dos direitos profissionais dos docentes.

Nessa reunião a FENPROF pretende, ainda, abordar algumas questões relacionadas com a revisão dos estatutos de carreira e a abertura de quadros, bem como sobre a Proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Conselho de Reitores e Politécnico reservados

Os Reitores e os Presidentes dos Institutos Politécnicos revelaram-se muito reservados em relação às propostas apresentadas pelo Ministro Mariano Gago, esperando-se que essa reserva signifique resistência em relação às medidas mais negativas que constam dos projectos agora apresentados.

Com o fim da gestão democrática, ou melhor de um dos seus instrumentos fundamentais — a eleição do Reitor — é inevitável que os professores e investigadores se mostrem cépticos em relação à anunciada Reforma do Ensino Superior.

Esta é, pois, também uma matéria de excepcional interesse para ser tratada nas reuniões que venham a realizar-se com os Reitores das Universidades da região.

Estudo do Economista Eugénio Rosa revela alguns efeitos da Flexisegurança

Para Eugénio Rosa, “a palavra *flexigurança*, tal como sucede com o *factor de sustentabilidade* é, segundo as ciências da comunicação, uma palavra-armadilha pois é uma palavra que procura ocultar o verdadeiro objectivo que, no primeiro caso, é a liberalização dos despedimentos individuais e, no segundo caso, foi a redução das pensões. São também denominadas pelas ciências da comunicação “*palavras-virtude*” porque procuram associar, de uma forma enganosa, as palavras positivas “*segurança*” e “*sustentabilidade*” àqueles objectivos (liberalização dos despedimentos e redução das pensões), que nada têm a ver com elas.”

O SPRC revelará na próxima edição do RCI, o estudo completo deste economista.

Para o estudioso dos aspectos de ordem económica e a sua influência sobre o Trabalho, “esta situação ganha ainda uma maior gravidade em Portugal, já que a precariedade e a flexibilidade já são muito elevadas, pois a população com emprego ou trabalho precário e os desempregados já representam 41,8% da população empregada, e os trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente, que são os principais alvos da flexigurança pois esta pretende acabar com os contratos sem termo, ainda representam 59,8% da população empregada, ou seja 3.069.000 portugueses.” E acrescenta, como alerta para o actual estado da precariedade no nosso país, que “a introdução da flexigurança em Portugal, em que 71% da população empregada tem apenas o ensino básico ou menos e em que a criação de emprego é diminuta devido às baixas taxas de crescimento económico, determinaria que o desemprego disparasse.” Ou seja, o resultado seria “mais exclusão social e mais miséria, pois a protecção aos desempregados é reduzida em Portugal (segundo o Ministério do Trabalho apenas 40% dos desempregados é que recebem subsidio de desemprego) e não é de prever que aumente com a política de obsessão do défice.”

SPRC comemora 25 anos – Jantar de Aniversário

O SPRC comemora este ano 25 anos (1982 — 2007). Nascido em Abril, com os cravos juntou ao seu nome Liberdade, Democracia, Revolução e Solidariedade e é o herdeiro da tradição sindical e do projecto reivindicativo renascido com o 25 de Abril de 1974. Assume-se como defensor de um sindicalismo assente na acção dos trabalhadores, os quais tomam em suas mãos os seus próprios destinos e defende a valorização do trabalho como factor determinante para o desenvolvimento civilizacional.

Os professores e educadores enquanto trabalhadores intelectuais têm um papel preponderante na consagração de um mundo mais justo, de paz e de desenvolvimento social,

valorizador do factor humano das sociedades. É dentro deste espírito que comemoramos 25 anos de existência, sempre em defesa dos Professores e da Educação

O SPRC VAI REALIZAR UM JANTAR COMEMORATIVO NO DIA 25 DE MAIO, EM TENTÚGAL. Para mais informações deve ser consultada a página electrónica do SPRC em <http://www.sprc.pt>

***SPRC: dirigentes eleitos
para o Conselho Nacional da FENPROF***

Três dirigentes do Ensino Superior, pertencentes à Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro, foram eleitos para o Conselho Nacional da FENPROF no 9.º Congresso Nacional dos Professores que se realizou nos dias 19, 20 e 21 de Abril, em Lisboa, no qual foram também eleitos Mário David Soares (SPN), para Presidente do Conselho Nacional, Mário Nogueira (SPRC), para Secretário-Geral da FENPROF, e Manuel Menezes (SPM), para Presidente do Conselho de Jurisdição.

Os três dirigentes do ensino superior, da região centro, que integrarão o Conselho Nacional são:

Fernandes Matos — Universidade da Beira Interior

Filomena Teixeira – Escola Superior de Educação de Coimbra

Nuno Ferreira Rilo – Departamento de Mecânica da FCT da Universidade de Coimbra

Estes três dirigentes integrarão, ainda, o Conselho de Departamento do Ensino Superior da FENPROF.

Informação online: www.sprc.pt, www.fenprof.pt e www.fenprof.pt/superior/

**PRECISAMOS DE SI! PRECISAMOS DE NÓS.
*SINDICALIZE-SE!***

A FORÇA DE ESTARMOS UNIDOS!